manchete

Sábado	Periodicidade: Semanal		Temática:	Justica
	Classe:	Informacão Geral	Dimensão:	706 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
12-03-2020	Tiragem:	116250	Página (s):	75

VÁ LÁ À SUA VIDA

Ao contrário do que por aí se diz, os cidadãos não confiam na justiça. Não têm é outro remédio que não fazer de conta que acreditam num sistema que pretende ser confiável, mas é avesso ao mínimo de transparência e ao escrutínio público

Confiem em nós, porque sim!

O GRANDE PROBLEMA DA CONFIANÇA É QUE ELA NECESSITA de sinais concretos. Não basta dizer "confie em mim" para, automaticamente, se confiar. Ou se tem um passado confiável, uma caução para uma futura confiança, ou a relação torna-se tudo menos confiável. Há exceções: quando José Sócrates apresentou o livro *A Confiança no Mundo*, todos confiámos ter sido ele o autor, apesar de um passado pouco confiável. Agora é a vez de a Justiça (entendida como um todo e não só os juízes) pedir aos cidadãos, a esse povo em nome do qual é administrada, um voto de confiança para o futuro.

Uma vez mais, o poder político vai deixar passar mais uma oportunidade para introduzir o mínimo de transparência no sistema judicial, cada vez mais entregue a si próprio, não vá qualquer iniciativa ser entendida como uma interferência na independência do poder judicial. Portanto, apesar de o esforço do presidente do Supremo Tribunal de Justiça para realizar um sorteio à porta aberta, certo é que a distribuição de processos continuará a ser feita à porta fechada, num qualquer gabinete, algures no edifício do tribunal, sem qualquer escrutínio externo como, por exemplo, a presença de um advogado. Mas a palavra de ordem é continuar a confiar num sistema, simplesmente porque sim.

Tal como nas empresas e na política, o sistema judicial tem de dar passos concretos para cimentar uma relação de confiança com os cidadãos. Não basta verbalizar a independência e a honestidade como qualidades intrínsecas para que, de facto, os outros lhes reconheçam tais atributos. Esta receita funcionou com João Vale e Azevedo, mas por pouco tempo. Pensar que as suspeitas de manipulação de processos se reduziram ao Tribunal da Relação de Lisboa é o mesmo que achar que o corona vírus só atacou em força na China e em Itália. O vírus da corrupção ou do pequeno-médio compadrio também se alastra aos tribunais. Como é feita, por exemplo, a distribuição nos tribunais administrativos, onde correm ações de milhões de euros? E nos tributários, onde também há milhões de euros em disputa entre particulares e o fisco, em que uns meses com o processo parado pode ditar uma prescrição?

Confiar na Justiça passa, por exemplo, por publicar as avaliações dos magistrados (juízes e procuradores). Atualmente, sabemos que são quase todos "Muito Bons" e só não são "Espetaculares", porque o regime de avaliação não prevê esta categoria. Confiar na Justiça passa também pela divulgação pública do resultado dos processos disciplinares, de todos e não só de alguns "sorteados" para conhecimento público. Confiar na Justiça passa pela divulgação pública de todos os procedimentos nos concursos de acesso aos Tribunais da Relação e Supremo Tribunal de Justiça: avaliação das candidaturas, relatórios dos avaliadores, critérios de ponderação usados nas notas atribuídas aos candidatos, assim como o mesmo deverá acontecer nas promoções no Ministério Público.

Algum passo foi dado neste sentido? Alguém sequer abriu a discussão para uma maior transparência do sistema? Não. A realização de uma distribuição pública à frente da câmaras de TV foi a receita escolhida para dar um sinal de honestidade, mantendo tudo como está.

O que a Justiça ainda não percebeu é que os cidadãos nunca confiaram nela, não têm é outro remédio se não acreditar no mínimo de seriedade de um sistema avesso à prestação de contas, ao escrutínio, onde as pessoas só se tratam por "Exmº" e "V. Exª". Em 2005, o então presidente do Supremo Tribunal de Justiça, José Nunes da Cruz, foi claro no que era preciso fazer: "Impõe-se, pois, um esforço sistemático para que a Justiça se revele mais clara para todos, para que todos, tanto quanto possível, se sintam confortados pela transparência de procedimentos." Aos juízes pediu "redações mais curtas e diretas, explicadas com simplicidade, numa terminologia sucinta e capaz de ser percebida pelo comum dos mortais". Duas coisas simples, como se vê. Mas nada mudou. O que quer dizer que, hoje, tudo continuará na mesma.

Subdiretor
Carlos Rodrigues Lima